

DISCURSOS CONFLITANTES NA NOVA ESQUERDA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E O (NÃO) LUGAR DAS MULHERES (1983-1998)

DISCURSOS EN CONFLICTO EN LA NUEVA IZQUIERDA BRASILEÑA: UN ANÁLISIS DE LA CONSTRUCCIÓN DE LOS ESTEREOTIPOS DE GÉNERO Y EL (NO) LUGAR DE LA MUJER (1983-1998)

CONFLICTING DISCOURSES IN THE BRAZILIAN NEW LEFT: AN ANALYSIS ON THE CONSTRUCTION OF GENDER STEREOTYPES AND THE (NOT) PLACE OF WOMEN (1983-1998)

Marina da Silva Schneider

<https://orcid.org/0000-0002-7437-6970>

Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil.
E-mail: msshis@outlook.com

Ismael Gonçalves Alves

<https://orcid.org/0000-0003-3580-9101>

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil.
E-mail: iga@unescc.net

Giovana Ilka Jacinto Salvaro

<https://orcid.org/0000-0003-0884-1923>

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil.
E-mail: giovanasalvaro@unescc.net

DOI: <https://doi.org/10.36132/hao.v1i60.2111>

Recibido: 08 junio 2021 / Revisado: 30 mayo 2022 / Aceptado: 28 junio 2022 / Publicado: 15 febrero 2023

Resumo: O presente artigo analisou os discursos sobre as mulheres pela visão da nova esquerda brasileira no contexto de redemocratização. Os documentos analisados pertencem ao Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular de Criciúma-SC, que funcionou de 1983 à 1998. O CEDIP foi um órgão articulador de demandas vindas dos movimentos sociais e partidos políticos. Como problemática, focalizamos nas questões de gênero, discutindo como os discursos que circulavam nesses meios sobre as mulheres reproduziam a noção de feminilidade ideal e tradicional, não desconstruindo as desigualdades e os estereótipos de gênero, mesmo em grupos que buscavam, supostamente, fazer oposição às normas vigentes.

Palavras-chave: Nova esquerda, gênero, mulheres, desigualdades, CEDIP

Resumen: Este artículo analiza los discursos sobre las mujeres desde el punto de vista de la nueva izquierda brasileña en el contexto de la redemocratización. Los documentos analizados pertenecen al Centro de Estudios, Documentación e Información Popular de Criciúma-SC, que operó de 1983 a 1998. El CEDIP fue un órgano que articuló demandas de movimientos sociales y partidos políticos. Como problema, nos enfocamos en temas de género, discutiendo cómo los discursos que circulaban en estos medios sobre las mujeres reproducían la noción de feminidad ideal y tradicional, sin deconstruir las desigualdades y estereotipos de género, incluso en grupos que supuestamente buscaban oponerse a las normas del momento.

Palabras clave: Nueva izquierda, género, mujer, desigualdades, CEDIP

Abstract: This article analyzed the speeches about women from the point of view of the new Brazilian left in the context of redemocratization. The analyzed documents belong to the Center for Studies, Documentation and Popular Information in Criciúma-SC, which operated from 1983 to 1998. CEDIP was an organ that articulated demands from social movements and political parties. As a problem, we focused on gender issues, discussing how the discourses that circulated in these media about women reproduced the notion of ideal and traditional femininity, not deconstructing gender inequalities and stereotypes, even in groups that supposedly sought to oppose the current rules.

Keywords: New left, gender, women, inequalities, CEDIP

INTRODUÇÃO

Neste artigo analisamos os discursos produzidos e apropriados sobre as mulheres pelos movimentos e grupos da considerada nova esquerda brasileira. Para tal empreitada, selecionamos um acervo do Centro de Estudos, Documentação e Informação popular de Criciúma-SC (CEDIP), salvaguardado no Centro de Memória e Documentação (CEDOC) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)¹. Os documentos selecionados correspondem a publicações, charges, imagens e recortes de jornais produzidos ou utilizados pelo Centro. Os grupos relacionados ao CEDIP, fizeram oposição a ditadura civil-militar brasileira e no início do processo de redemocratização arquitetaram este Centro de Educação Popular². O mesmo visava fazer oposição ao poder vigente, que naquele momento sustentava uma ditadura, além de fomentar a participação política da população na esfera pública.

Com o fim da ditadura civil-militar brasileira, diversos novos movimentos políticos e sociais ganharam fôlego depois de anos de repressão e se organizaram com a finalidade de garantir o fim de um governo autoritário e o início de uma

¹ Importante ressaltar que toda a pesquisa no acervo foi realizada no ano de 2019, quando também estava planejado visitar o acervo se necessário para buscar mais informações sobre os documentos. Também era planejado realizar entrevistas com antigos/as participantes do Centro, principalmente com as mulheres, em que pretendíamos analisar como opinavam sobre sua participação no Centro, suas estratégias e protagonismos. No entanto, essa possibilidade foi interrompida no ano seguinte. Início de 2020 foi quando começou no Brasil a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), sendo a pesquisa afetada pela mesma. Dessa forma, alguns momentos da análise, assim como maiores informações sobre determinados documentos do acervo ficaram comprometidos, sendo todo o trabalho realizado com o material levantado na primeira pesquisa documental.

² Utilizamos o termo de ditadura civil-militar a partir da análise do cientista social René Armand Dreifuss em *1964 – a conquista do Estado* (1981). Para o autor, o termo que melhor cabe para se referir à ditadura brasileira que se iniciou em 1964 é de ditadura civil e também empresarial militar, levando em conta que o golpe foi articulado, em grande medida, não só por militares, mas por grupos pertencentes às elites, aos empresários e, em suma, por parte da população civil. O autor se refere também à ditadura como “um movimento de classe” dos grupos civis empresariais que se articulou em torno do golpe visando a interesses políticos, sociais e financeiros.

abrangente democracia. Para a socióloga Maria da Glória Gohn, os movimentos sociais podem ser entendidos como ações coletivas que articulam grupos de indivíduos com interesses comuns que se organizam e reivindicam determinadas demandas e pautas de caráter social, político e cultural³. Foi mergulhado neste cenário político de final da ditadura e efervescência dos movimentos sociais que se construiu o Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular de Criciúma (CEDIP), em 1983. O Centro de Criciúma não era uma exceção no país, sendo recorrente a existência de outros centros de articulação de caráter popular como o CEDIP, que surgiram na efervescência da redemocratização. O CEDIP foi mobilizado por integrantes oriundos dos círculos populares, eclesiásticos, acadêmicos e de partidos políticos que se organizavam em torno de pautas sociais bastante diversificadas. Entre os participantes diretos, estavam membros do Sindicato dos Mineiros e do Sindicato dos Vestuaristas, membros da Pastoral da Juventude e Pastoral Operária e ainda estudantes e professores(as) universitários. Também destacava-se a participação de membros do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), além de participantes de movimentos de bairros. O CEDIP dentre suas atribuições buscava “atuar como centro de formação política, centro de comunicação e pesquisa, centro de articulação e apoio a movimentos populares”, além de “registrar a história que é realizada pelos oprimidos”⁴ prestando assessoria e assistência aos movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores e às organizações da sociedade civil organizada.

Como problemática central, buscamos focalizar nossas análises sobre as mulheres dentro desses novos movimentos sociais. Ancoramos nossa pesquisa nos estudos de gênero com a intencionalidade de investigar como, dentro de um contexto específico, sujeitos, grupos e instituições como o CEDIP buscavam regular as condutas das mulheres por meio de discursos e ações no campo discursivo que reproduziam noções idealizadas e tradicionais de mulheres. Para dar conta de tal problema, buscamos entender como as desigualdades de gênero também se reproduzem em espaços que, supostamente, faziam

³ Gohn, Maria da Glória, “Movimentos Sociais na Contemporaneidade”, *Revista Brasileira de Educação*, 16/47 (2011), pp. 333-361.

⁴ “Informativo do CEDIP: ‘de boca em boca’”, *Centro de Memória e Documentação* (CEDOC/UNESC), Criciúma, 1985, p. [3].

oposição ao regime político e às normas vigentes. Como estratégia teórica, alicerçamos nossas análises no campo da História das Mulheres, da maternidade e nos Estudos de Gênero que desde meados do século passado possibilitaram um alargamento da investigação em Ciências Humanas, visibilizando experiências que até então estavam apagadas pelo sujeito universal. Para a historiadora Joan Scott, “O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos [...]”⁵. Assim, entendemos que as relações entre homens e mulheres se constituíram historicamente marcadas pelas desigualdades, que em grande medida foram calcadas na condição biológica da reprodução e da necessidade de cuidados.

Com a finalidade de entender a condição biológica da reprodução que recai sobre as mulheres, baseada em relações desiguais de gênero, a maternidade, também passou a ser alvo de estudos historiográficos, encampados por pesquisadoras feministas, que denunciavam o caráter histórico-cultural das maternidades ao mesmo tempo em que negavam o seu essencialismo e refutavam o papel de mãe como único lugar social. A historiadora Elisabeth Badinter foi uma das primeiras pesquisadoras a questionar pressupostos filosóficos, médicos e sociológicos que desde o século XVIII asseguraram a criação da imagem da mãe zelosa e inteira, sacrifício, que por sua vez se perpetua até os dias atuais. De acordo com Badinter, o sentimento materno não pode ser entendido como algo a-histórico, pois suas definições variavam de acordo com a época, com os contratos sociais e com as vivências cotidianas, sendo ele plural e multifacetado, impossível de ser entendido como algo amalgamado na natureza da mulher⁶. A antropóloga Marcela Lagarde y de los Ríos analisa também as relações de gênero no interior de uma sociedade patriarcal se constrói como o que ela denomina de cativerios das mulheres latino-americanas. A autora constrói a ideia de cativo como uma categoria epistemológica que explica a situação das mulheres. Para Lagarde, as mulheres estão socialmente presas em possibilidades limitadas, não conseguindo se desvencilhar de uma de suas representações que são, nas palavras da autora, as de mães e esposas, mas também são as de

religiosas, putas, presas ou loucas. Nesse sentido, as mulheres estariam aprisionadas em vidas estereotipadas, marcadas pelo sexismo e sem chances de fuga⁷.

No que tange as ações metodológicas para atingir os objetivos da pesquisa, destacamos o uso dos documentos escritos. Todo documento é monumento, testemunho do passado e não possui importância isoladamente, sua importância está na relação que estabelece com outras fontes⁸. Estes documentos monumentos, ainda segundo o autor, possibilitam ao pesquisador interpretações a partir de suas próprias subjetividades, assumindo importância relevante na construção das narrativas e na historização dos processos históricos. Para pensar os/as trabalhadores/as, as pessoas comuns em suas relações sociais, analisamos pelo campo da história social, que é uma história que proporcionada a análise das mudanças, das transformações, das práticas sociais, tencionando as desigualdades sociais⁹. Também é possível pensá-la em termos de relações de poder, questionando possíveis determinismos biológicos¹⁰.

A metodologia aqui empregada consistiu também na análise do discurso a partir do teórico Michel Foucault para auxiliar na interpretação das fontes. Os discursos podem ser entendidos como formas de linguagem ou comunicação, produzidos ou apropriados pelos grupos da nova esquerda sobre as infâncias e a maternidade. A análise do discurso em Foucault para trabalhar com as mulheres, nesta pesquisa auxiliou a pensar como foi construído na sociedade as concepções de gênero no imaginário coletivo e como se operam esses discursos no controle e na disciplina das mulheres. Os discursos exercem formas de poder que controlam os corpos e o imaginário¹¹. No caso analisado, são esses

⁵ Scott, Joan, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, *Educação e realidade*, 20/2 (1995), p. 86.

⁶ Badinter, Elisabeth, *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, São Paulo, Círculo do Livro, 1980, p. 293.

⁷ Lagarde y de los ríos, Marcela, *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas* (Tese), México, UNAM, 2005.

⁸ Le Goff, Jacques, *História e Memória*, Campinas, Unicamp, 1992, pp. 476.

⁹ Hobsbawm, Eric, “Da história social à história da sociedade”, em Hobsbawm, Eric, *Sobre história*, São Paulo, Cia Das Letras, 1998. pp. 82-105.

¹⁰ Pinsky, Carla Bassanezi, “Estudos de Gênero e História Social”, *Revista Estudos Feministas*, 17/1 (2009), pp. 159-189.

¹¹ Foucault, Michel, *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*, São Paulo, Edições Loyola, 2014, pp. 80.

discursos de gênero que operam nas desigualdades, quando apagam as individualidades e as possibilidades para as mulheres e regulam seus corpos, as normatizando. Assim, a metodologia da análise do discurso, articulada as teorias de estudos sobre as mulheres, gênero e maternidade auxiliaram a construção da pesquisa.

2. O Centro de Estudos Documentação e Informação Popular e a representação das mulheres

O Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular, o CEDIP, desenvolveu suas atividades, na cidade de Criciúma, entre os anos de 1983 e 1998. Considerando o contexto social e histórico em que o CEDIP se instituiu, podemos perceber que tal processo deu-se em constante diálogo com movimentos sociais, órgãos de classe e grupos de reivindicação que se fortaleceram no final da ditadura militar. Esse contexto de abertura política nos permite compreender como o Centro se articulava com os demais movimentos sociais e grupos que estavam surgindo nessa época. Também é possível compreender seus objetivos, pois estavam ligados a reivindicações por melhorias de direitos e de acesso à cidadania no pós-ditadura.

Composto por integrantes da Pastoral da Juventude, Pastoral Operária e Pastoral Universitária, entre outros, o CEDIP dentre suas atribuições buscava “atuar como centro de formação política, centro de comunicação e pesquisa, centro de articulação e apoio a movimentos populares”, além de “registrar a história que é realizada pelos oprimidos”¹², prestando assessoria e assistência aos movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores e às organizações da sociedade civil organizada.

Oficialmente o CEDIP se reconhecia e se apresentava como uma Organização Não Governamental (ONG) sem relações diretas com partidos políticos, instituições sociais e com o Estado, demonstrando à população da cidade seu caráter independente, que priorizava a organização civil e popular e sem intervenções de qualquer ordem.

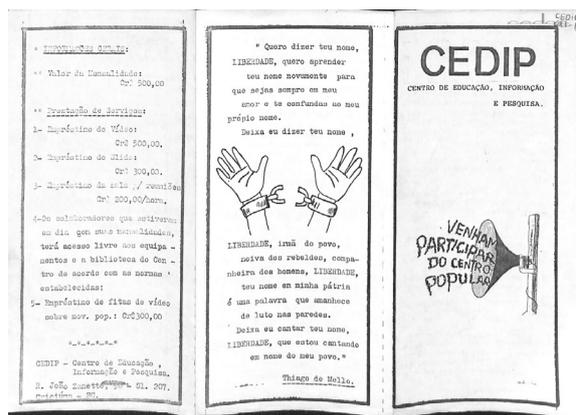
Uma das questões centrais tratadas pelo CEDIP, e que permeava a pauta das diferentes organizações sociais, que surgiam e se articulavam na cidade no período, era a questão da liberdade. Inserido no contexto de redemocratização, depois de anos de censura e repressão política,

¹² “Informativo do CEDIP...”, op. cit.

a livre manifestação de ideias e pensamentos, bem como a liberdade, em sua articulação com outras esferas da vida, era pauta recorrente entre os materiais difundidos e distribuídos pelo CEDIP.

Na imagem seguinte, identificamos um *flyer* de produção autônoma do Centro, que traz um poema de autoria de Thiago de Mello, com a chamada intitulada à direita que trazia a seguinte inscrição: “Venham participar do centro popular”¹³.

Imagem 1. Venham participar do centro popular



Fonte: Acervo CEDIP – CEDOC/UNESC.

A imagem central, localizada entre os trechos do poema, apresenta a figura de mãos se livrando de correntes, talvez uma analogia ao período escravagista, momento em que populações inteiras foram suprimidas de suas liberdades e vontades. Também é possível articular a imagem com o período ditatorial, no qual os cidadãos e cidadãs brasileiros (as) estavam fortemente imobilizados por “algemas” ou “amarras” sociais, políticas ou econômicas impostas pelo regime autoritário.

A ideia de reivindicar a liberdade ia ao encontro de especificidades da década de 80, como restrição de liberdade, de direitos individuais e de censura dos meios midiáticos, além de repressão aos movimentos sociais, que ainda se encontrava muito latente nas memórias da população que havia experimentado violências políticas e restrições das liberdades individuais resultantes da ditadura civil-militar brasileira.

É nesses momentos de crises políticas e de tensões sociais, acompanhado ainda de amplo

¹³ Thiago de Mello é um poeta e escritor brasileiro, sendo um dos nomes que foi perseguido e preso pela ditadura civil-militar, passando por um período de exílio. Thiago escreveu seus poemas nos anos da ditadura dedicados à ideia de defesa da vida e da liberdade.

descontentamento popular, que algumas questões sociais se tornam mais evidentes, tornando-se bandeiras de lutas¹⁴. Nesse sentido, os movimentos sociais, os partidos políticos e os sindicatos se mostraram ainda mais preocupados com os rumos que determinadas questões sociais tomavam, principalmente aquelas voltadas à exclusão social. No caso específico do Centro, tanto o texto quanto a imagem escolhida atentavam para a importância da luta pela liberdade, um direito tão ameaçado nos anos de chumbo da ditadura brasileira. No poema de Thiago de Mello chama-nos a atenção que a “figura de linguagem” usada para representar a liberdade é uma mulher.

No trecho apresentado, a figura feminina é representada como “irmã do povo”, “noiva dos rebeldes” e “companheira dos homens” numa ligação direta com sujeitos masculinos. Aqui expressa-se a tutela secular à qual as mulheres estão subordinadas, “filha de”, “irmã de”, “esposa de” e “mãe de”, ou seja, ela só estaria completa na sua total junção com a figura masculina. No poema, a liberdade, sujeito feminino, aparece como irmã, noiva e companheira dos homens, destino entendido como natural a todas as mulheres.

De acordo com Beauvoir, a ligação das mulheres ao sujeito masculino, em posição de complementariedade, é algo latente das sociedades patriarcais, pois tal mecanismo reforça a necessidade feminina de tutela, além de colocá-las na condição do *outro*, do segundo sexo, ou seja, “a mulher é exclusivamente definida em relação ao homem”¹⁵. A filósofa ainda chama atenção para os próprios mitos cristãos, tão influentes nas sociedades ocidentais, neles as mulheres não existem de maneira própria, mas são originadas dos homens para servir as necessidades deles:

“[...] Ela foi tirada do flanco do primeiro macho. Seu nascimento não foi autônomo; Deus não resolveu espontaneamente criá-la com um fim em si e para ser por ela adorado em paga; destinou-a ao homem. Foi para salvar Adão da solidão que ele lhe deu, ela tem no esposo sua origem e seu fim; ela

é seu complemento no modo do inessencial”¹⁶.

Para Beauvoir, essa representação da mulher sempre relacionada ao sexo masculino, além de constituir simbólica e materialmente a figura feminina como o *outro*, ainda a mantém em uma condição de dependência, assim, a mulher só tem sentido de existência quando desempenha suas atribuições sociais em consonância com as necessidades e os desejos do homem¹⁷.

Outro elemento que nos chama a atenção tanto nas imagens produzidas quanto nos escritos do Centro é a homogeneização da ideia de trabalhador e trabalho. Baseados na percepção do sujeito universal e na própria tradição marxista sobre a classe, o CEDIP, em grande medida, entendia como classe trabalhadora apenas sujeitos do sexo masculino, desconsiderando principalmente o trabalho realizado por mulheres na esfera doméstica, assim “o sujeito do trabalho – o homem – é apresentado nessa definição como universal: de fato é o masculino que é elevado a universal”¹⁸.

As trabalhadoras, principalmente no espaço doméstico, na teoria marxista, não são entendidas como parte de uma classe trabalhadora, mas como uma atribuição que, segundo Hirata e Zarifian, está relacionada à disponibilidade da mulher para o casamento e para a família, ou seja, como parte de suas relações afetivas.

“Sendo a forma privilegiada de expressão do amor na esfera dita “privada”, os gestos repetitivos e os atos cotidianos de manutenção do lar e da educação dos filhos são atribuídos exclusivamente às mulheres. Os homens podem legitimamente pretender escapar deles”¹⁹.

Desse modo, o CEDIP, ao representar o trabalhador como homem, que por sua vez é considerado o sujeito universal, apagou as mulheres das suas análises, compactuando com a noção patriarcal do homem trabalhador e produtivo, do trabalho gratuito e por amor das mulheres. Ainda, dentro

¹⁴ Ianni, Octavio, “A Questão Social”, *Revista USP*, 3 (1989), pp. 145-154.

¹⁵ Beauvoir, Simone de, “Os dados da biologia”, em Beauvoir, Simone de, *O segundo sexo: fatos e mitos*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2016, p. 203.

¹⁶ *Ibid.*, p. 201.

¹⁷ Beauvoir, Simone de, “Os dados...”, *op. cit.*, pp. 31-65.

¹⁸ Hirata, Helena; Zarifian, Philippe, “Trabalho (o conceito de)”, *Dicionário crítico do feminismo*, São Paulo, Editora UNESP, 2009, p. 252.

¹⁹ *Ibid.*, p. 253.

desta premissa, no *flyer* comemorativo de seis anos de existência do centro, podemos observar:

Imagem 2. CEDIP 6 anos na luta



Fonte: Acervo CEDIP – CEDOC/UNESC.

Na imagem temos dois homens sentados como se estivessem em diálogo, fazendo alusão à parceria e engajamento popular do Centro na luta ao lado dos trabalhadores. Assim como outras publicações do Centro, o *flyer* acompanha a linha editorial de outras produções do CEDIP, resumindo os integrantes da classe trabalhadora a figuras masculinas.

Consideramos de suma relevância dar ênfase na representação do masculino para considerar aquilo que é trabalho produtivo, pois na imagem identificamos que apenas os trabalhadores homens são representados nesse espaço público, e que por sua vez resulta diretamente em uma relação financeira de troca e de produção de mais-valia.

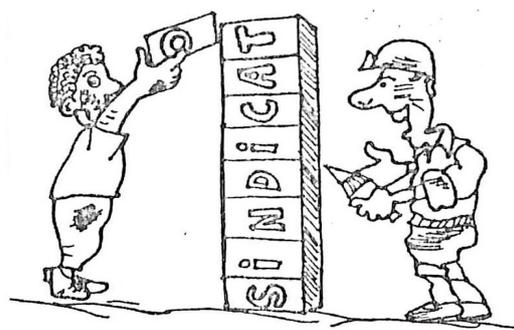
Assim, a ideia de trabalho e de trabalhadores se atrela a uma tradição hegemônica nas ciências sociais e humanas que em grande medida associa o trabalho produtivo e público aos homens, enquanto o trabalho reprodutivo e não remunerado está associado às mulheres, desconsiderando o trabalho doméstico ou até mesmo a dupla jornada de trabalho das mulheres. Assim, o trabalho, considerado financeiramente e socialmente útil é aquele realizado por homens trabalhadores.

A representação reforça a ideia de luta por direitos e a construção de sindicatos mais democráticos, as figuras que representam o coletivo de trabalhadores (as) também são homogeneizadas pela figura de dois homens, deixando ausente a representação da mulher. Essa construção imagética vai ao encontro da tradicional organização

dos sindicatos no qual as mulheres, bem como suas pautas, são consideradas secundárias, em contraposição às reais necessidades dos trabalhadores, materializadas pelas reivindicações masculinas.

Na imagem a seguir se ilustra a organização dos (as) trabalhadores (as) por meio de entidades de classe, como podemos observar:

Imagem 3. Os impasses do novo sindicalismo



Fonte: Acervo CEDIP – CEDOC/UNESC.

Como apontam Rogerat e Hocquard que analisam o caso francês, historicamente os sindicatos eram formados basicamente por trabalhadores de profissões ditas “masculinas”, o que excluía as mulheres de sua participação. Ainda de acordo com as autoras, os homens, até aproximadamente a década de 70, acreditavam que eram as mulheres que deveriam se adaptar aos sindicatos estruturados em concordância com as prioridades dos trabalhadores homens, sem levar em conta as práticas e vivências experimentadas pelas mulheres nos mundos do trabalho²⁰. Nesta perspectiva, o caso analisado do Cedip no Brasil, não consiste em uma exceção, afinal identificamos esses discursos presentes também no sindicalismo francês. Do outro lado do atlântico, as francesas nos anos 1970, também conflitavam com os movimentos de esquerda e questionavam a maneira como as esquerdas e nesse sentido, os sindicatos, haviam tematizado sobre as mulheres²¹.

A imagem destacada pode servir como um elemento para compreender as concepções de sindicalismo propagadas pelo CEDIP que, de certa forma, corroborava com a ideia de luta por direitos encabeçada pelo trabalhador universal ho-

²⁰ Rogerat, Chantal; Hocquard, Marie H. Z., “Sindicatos”, *Dicionário Crítico do Feminismo*, São Paulo, Editora UNESP, 2009, p. 242.

²¹ Ibid.

mem, o que todavia não incluía a luta por uma sociedade igualitária nos termos de gênero.

Historicamente, segundo Pinsky e Pedro, dentro dos movimentos revolucionários alinhados à esquerda foram bastante desiguais as condições de acesso das mulheres aos direitos e aos avanços na legislação trabalhista, e um dos motivos foi, justamente, não serem consideradas trabalhadoras. Em seu interior, havia o entendimento de que a condição da mulher na sociedade estava ligada aos deveres do lar, à maternidade e ao matrimônio. Ainda para as autoras, as mulheres trabalhadoras eram interpretadas como trabalhadores incompletos, “alguém que ‘deveria é ficar em casa’”²².

Nesse sentido, nos países ocidentais do século XX, e dentro dos movimentos de esquerda, as mulheres aos poucos “conquistaram poder de influência significativo no interior dos sindicatos, na imprensa operária e nos partidos políticos de esquerda”²³. No entanto, apesar do alargamento de sua participação, recebiam salários menores que os dos homens e não tinham acesso aos cargos mais importantes dentro dos movimentos operários. Ou seja, mesmo dentro dos movimentos ditos revolucionários e contrários às diferentes formas de opressão, no interior da classe trabalhadora prevalecia a ideia de que as mulheres, para além da militância, deveriam se dedicar principalmente às funções de mães e esposas. Barrero Junior também reconhece que em diversos momentos, esses grupos de esquerda colocaram para pautas de segundo plano aquelas consideradas não-materiais, como a discussão da maternidade, da contracepção ou do aborto. Para o autor que analisou a participação das mulheres dentro do PT em São Paulo no contexto de redemocratização, não raramente, estes temas geravam polêmicas no interior dos movimentos, em que muitos homens entendiam que as mulheres, mesmo que militassem, não poderiam negar a sua função enquanto reprodutora natural²⁴.

²² Pinsky, Carla Bassanezi; Pedro, Joana Maria, “Mulheres: igualdade e especificidade”, em Pinsky, Jaime; Pinsky, Carla Bassanezi, *História da cidadania*, São Paulo, Contexto, 2003, p. 283.

²³ *Ibid.*, p. 284.

²⁴ Barrero Junior, Roger Camacho, *Companheiras e Companheiros: As mulheres e a inserção de suas pautas no Partido dos Trabalhadores (1978 – 1988)* (Disseração), Guarulhos, Unifesp, 2015, pp. 1-189.

Podemos perceber que o CEDIP, assim como os movimentos sociais e políticos que representava e assessorava, alinhado aos discursos de movimentos de alcance nacional, entendia o trabalhador como pertencente ao sexo masculino, pois este estaria supostamente ligado ao processo de produção de riquezas fora do ambiente reprodutivo. Corroborando com essa ideia, outra imagem ligada à reivindicação de melhores salários e empregos também reproduz a lógica masculinista de trabalho e produção.

Imagem 4. Os impasses do novo sindicalismo



Fonte: Acervo CEDIP – CEDOC/UNESC.

A imagem acima representa uma manifestação de trabalhadores protestando contra o desemprego e reivindicando melhores salários e é composta inteiramente por trabalhadores homens, ou pela grande maioria deles. Podemos analisar essa exclusão das mulheres e o entendimento das suas práticas como um não trabalho, a partir de Michelle Perrot, que analisou o caso francês de movimentos operários. A historiadora afirma que no século XX o movimento operário, composto majoritariamente por homens, desconfiava da participação e das intervenções das mulheres. Na análise da autora, podemos identificar a presença desses discursos em grupos alinhados às esquerdas, não apenas no Brasil, mas também em países europeus.

Segundo a autora, os homens que lutavam por mais igualdade de classe, todavia, não de gênero, elogiavam a participação das donas de casa nas lutas por mais direitos, mas ainda assim preferiam que elas ficassem no espaço do lar, realizando atividades consideradas por eles como mais afeitas ao feminino. Tanto os trabalhadores quanto a burguesia distinguiam aquilo que era realizado no espaço público e aquilo que era realizado no espaço privado, atribuindo referência de valor diferente entre eles, colocando o “[...]”

espaço público como espaço político reservado aos homens”²⁵, enquanto as mulheres eram incentivadas a ficar no espaço do privado e longe das decisões políticas ou do mundo produtivo.

Para Perrot, historicamente, nas sociedades ocidentais industrializadas, se concebeu possibilidades de existência diferenciadas para mulheres e homens. A mulher, no lar, e o homem, na rua, como chefe de família, fórmula que permitiu a existência daquilo que a historiadora chamou de racionalidade harmoniosa da divisão sexual. Essa maneira de conceber o mundo se balizou no homem como cabeça e na mulher como coração, um é público, o outro é privado; um exerce o poder social, o outro a administração do íntimo; um é razão, o outro é apenas sentimentos.

Essa forma de diferenciar a atuação no mundo impregnou diferentes instâncias sociais, refletindo-se nas mais diversas instituições, grupos e organizações populares. Encharcado desta percepção sobre a sociedade, o CEDIP, apesar de suas posições progressistas em favor de mudanças e de transformações sociais, reproduzia com os estereótipos de masculino e feminino, propagando normas e modelos tradicionais de gênero. Apesar de o CEDIP ter sido uma possibilidade de fortalecimento das lutas sociais, precisamos considerar que as mulheres não ocupavam o mesmo lugar e não tinham a mesma prioridade que a pauta e as reivindicações dos homens.

Assim, de modo muito sutil, e na forma de pedagogia, os participantes do Centro internalizaram aquilo que Badinter explicou como uma “tentação reforçada pela emergência de um discurso aureolado com o véu da modernidade e da moral, que tem o nome de naturalismo”²⁶. Conforme a autora, essa ideologia que corrobora com o patriarcalismo naturaliza a condição das mulheres e o lugar que elas ocupam, buscando uma volta ao modelo tradicional de mulher mãe e do lar²⁷.

No próximo item, apresentamos e analisamos os diferentes espaços que as mulheres ocuparam no interior das pautas estabelecidas pela esquerda, que em grande medida se davam por meio de ações de assessoria e assistência que repro-

duziam o lugar da mulher como beneficiária de políticas e ações de ajuda a partir de sua posição como mães e esposas.

3. ENTENDENDO O LUGAR DAS MULHERES DENTRO DA ESQUERDA

“DIA DA MULHER, DIA DE LUTA: Para nós, a causa da terrível situação da mulher trabalhadora é a mesma dos baixos salários, das péssimas condições de trabalho e de outros males que a classe trabalhadora sofre: a exploração capitalista.

O Dia internacional da Mulher deve representar, por isso, para todos os trabalhadores, homens e mulheres, a luta contra toda a forma de opressão e exploração, unindo as reivindicações da mulher trabalhadora as demais reivindicações da classe trabalhadora”²⁸.

A partir do excerto acima destacado, buscamos entender e questionar como as normatividades de gênero são vivenciadas por aqueles grupos que produziram as críticas sociais às desigualdades de classes em uma sociedade capitalista liberal, como o caso da esquerda brasileira. É, portanto, significativo abordar como as mulheres são representadas em documentos produzidos ou selecionados e arquivados pelo CEDIP, que representam a nova esquerda na década de 80 e 90, a exemplo do texto em destaque.

Como observado anteriormente, o CEDIP não atuava independente de instituições, estado e partidos políticos, o que contrariava os discursos presentes em seus documentos. O Centro estava diretamente ligado às demais organizações e partidos políticos alinhados à esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). No acervo do CEDIP foram encontrados diversos documentos relacionados a estas duas organizações que eram utilizados nos cursos, tanto em nível local e regional quanto nacional, o que demonstra a estreita articulação entre os membros do Centro e o Parti-

²⁸ “Dia da mulher - dia de luta – CUT”, *Centro de Memória e Documentação* (CEDOC/UNESCO), Criciúma, f. [7]. 1985. Publicação da Central Única dos Trabalhadores - CUT estadual de São Paulo em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Publicação feita em seu jornal informativo semanal de produção própria. A publicação, assim como outras da CUT, foi reproduzida junto ao CEDIP, que utilizava esse material em seus cursos de formação, principalmente de caráter sindical.

²⁵ Perrot, Michelle, *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 218.

²⁶ Badinter, Elisabeth, *O conflito: a mulher e a mãe*, Rio de Janeiro, Record, 2011, p. 12.

²⁷ *Ibid.*, p. 222.

do dos Trabalhadores, que em última instância também comandava as ações da central sindical CUT. A exemplo disso, o trecho inicial desse tópico foi retirado de um jornal informativo da CUT de São Paulo, caracterizando o que seria a pauta das mulheres no interior dos movimentos de esquerda.

Segundo o trecho selecionado, escrito por um homem, a “causa da situação terrível” das mulheres estava explicada no sistema capitalista que explorava o trabalho feminino. Ainda segundo o documento, os males sofridos pelas mulheres seriam os mesmos do restante da classe trabalhadora – aqui entendida pelo sujeito universal masculino –, os baixos salários e a exploração do trabalho produtivo. Para a CUT, a melhor maneira de lutar contra a opressão e exploração, seria, então, unir as reivindicações das mulheres trabalhadoras às dos homens trabalhadores, uma vez que o mal existente na sociedade global estaria relacionado à exploração do capital.

Para Shulamith Firestone, o discurso sobre o capitalismo, a exploração do trabalho e o pertencimento a uma classe social, por si só, não são suficientes para explicar a subordinação das mulheres e as desigualdades entre os sexos, uma vez que, para a autora, essas desigualdades teriam bases biológicas que se sustentam para além desse sistema econômico. Conforme Firestone, as esquerdas organizadas em torno das concepções de luta por igualdade de classe também reproduzem a opressão às mulheres e, em grande medida, compactuam em estabelecer um sistema baseado na dupla opressão entre capitalismo e patriarcado.

Para a autora, as formulações teóricas baseadas nos pensamentos de Karl Marx e do materialismo histórico não seriam suficientes e nem foram pensadas para a situação das mulheres, pois tentaram, em grande medida, fornecer explicações sobre a realidade a partir de um sujeito universal. Conforme Firestone:

“Mas a doutrina do materialismo histórico, por mais que tenha representado um avanço significativo em relação à análise histórica anterior, não foi a resposta completa, como os fatos posteriores o confirmaram. Porque, apesar de Marx e Engels fundamentarem sua teoria na realidade, era ela apenas uma realidade ‘parcial’. [...] Seria um erro tentar explicar a opressão das

mulheres a partir dessa interpretação estritamente econômica [...]”²⁹.

Na análise de Firestone, Marx e Engels compreendiam a realidade a partir de um ponto de vista parcial e, em outras palavras, construíram análises estritamente econômicas que não contemplavam as mulheres. Essa concepção tão utilizada pelos movimentos de esquerda reproduzia a existência de um sujeito universal, totalizante, que não representava as mulheres nas suas interconexões, mas sim o homem ocidental, branco e trabalhador. Nesta perspectiva, as mulheres, no interior da esquerda, foram invisibilizadas e homogeneizadas por teorias e interpretações de mundo baseadas na unidade de classe.

Conforme vimos no trecho destacado inicialmente, as especificidades das mulheres não foram contempladas, tampouco o gênero aparece como um marcador das desigualdades, já que a preocupação era com a classe e suas pautas unicamente econômicas. Assim, podemos afirmar que os grupos de esquerda também reproduziam dicotomias, que antagonizam as posições entre homens e mulheres, colocando as últimas em uma posição subalterna.

Estas posições podem ser percebidas em uma publicação própria do CEDIP, escrita e publicada no Jornal da Manhã de Criciúma. O trecho em questão é um texto de opinião intitulado “As mulheres ainda sofrem com a violência machista”, escrito por um homem, estudante e membro do Centro. Vejamos:

“Apesar dos avanços liberatórios da mulher, observamos que a discriminação e os preconceitos machistas estão muito presentes em nossa sociedade. A dificuldade de vencê-los também é grande, pois, junto com a busca pelo espaço na sociedade, através do trabalho e da participação no campo político, a mulher não pode deixar de fazer os serviços do lar e ter a responsabilidade com os filhos [...] Não é uma luta isolada e sim, uma transformação da sociedade como um todo. A libertação da mulher não virá, se não acompanhada da liberdade do negro, do homossexual e da justiça social com a erradicação da miséria. Nossa visão para transformação da sociedade, deve ser do todo, abrangente, pois a luta fragmentada

²⁹ Firestone, Shulamith, *A dialética do sexo: um estudo da revolução feminista*, Rio de Janeiro, Labor do Brasil, 1976, p. 14.

ou o pensamento fragmentado, não consegue chegar ao fim, se perdendo no meio do caminho”³⁰.

A ideia de apontar soluções para a situação da opressão da mulher baseado nas problemáticas econômicas ou ainda pontuar que a luta por reivindicações deve ser única, representada por um sujeito universal (o trabalhador), reforça novamente a inexistência de especificidades das mulheres, além de apagá-las dentro de um sujeito totalizante.

Mesmo que tenha apontado a necessidade de uma luta conjunta, com a participação de negros e homossexuais, o autor chama atenção para a não fragmentação da luta social baseada na classe. É importante destacar que apesar do autor abarcar a importância do debate sobre raça e sexualidade, no fim da escrita, ressalta a não fragmentação das lutas. Desse modo, aponta o reconhecimento das diferenças entre os sujeitos, mas essa diferença não deveria superar a classe, que seria a pauta mais importante de luta.

Nesse contexto, as pautas entendidas “fragmentadas” e organizadas a partir da década de 80 romperam em grande medida com a tradicional esquerda, e representaram uma resistência também aos movimentos considerados revolucionários, que lutavam por um mundo que, na análise de Beauvoir, reafirmava a história da humanidade pela ótica masculina, um “mundo de valores” que pertenciam aos homens. Analisando essa problemática, Beauvoir teceu críticas aos teóricos do marxismo que insistiram em relacionar a causa da opressão das mulheres à criação da propriedade privada e, mais tarde, do sistema capitalista. Essas teorias influenciaram pensamentos das esquerdas, representando essa ideia do trecho escrito pelo CEDIP, que seria preciso unir as lutas e não fragmentá-las, a partir da ideia de que todos os sujeitos oprimidos tivessem reivindicações únicas.

Para a teórica francesa, o materialismo histórico se equivocou ao relacionar a propriedade privada com a derrota do feminino, pois “[...] é impossível *deduzir* a opressão da mulher a propriedade privada”³¹. Sua argumentação identifica que caso as diferenças de classe fossem abolidas, permaneceria a diferenciação sexual, uma

vez que, para os homens, as mulheres não são unicamente uma força produtora, mas no campo da cultura seriam reprodutoras da espécie, objeto sexual e, finalmente, que na ausência de classes ainda seria *o outro* do homem.

María Luisa Femenías respalda a crítica de Beauvoir ao marxismo e aos escritos de Engels, apontando para o equívoco de pensar que a “libertação da mulher só virá juntamente a erradicação da pobreza”. Nesta crítica, podemos enquadrar também o texto publicado pelo CEDIP no Jornal da Manhã, pois é errôneo relacionar diretamente:

“A opressão das mulheres pela noção de propriedade privada, já que no marxismo também existe a opressão das mulheres. De fato, a oposição à questão feminina que encontraram entre suas companheiras já havia sido apontada por muitas mulheres [...]”³².

Tal opressão sobre as mulheres, ainda para Femenías, seria difundida para além do contexto econômico, abarcando também as esferas políticas e culturais, sendo esses elementos potencializadores da subordinação das mulheres, uma vez que capitalismo e patriarcado seriam sistemas que se retroalimentam continuamente³³.

Outra publicação selecionada pelo CEDIP, todavia não de sua autoria, refere-se ao Jornal Movimento, um periódico brasileiro de São Paulo, conhecido por ter sido uma mídia alternativa no período da ditadura civil-militar, com interesses alinhados às causas dos movimentos populares. O jornal de São Paulo selecionado pelo CEDIP, demonstra um posicionamento das esquerdas que não se limitava a Criciúma, o que no entanto, também se repetia em outros estados brasileiros no período. Na página selecionada e arquivada pelo CEDIP, aparece uma publicação escrita por um homem em resposta a uma crítica de uma leitora do jornal:

“Mulher: Esposa e mãe, e não mero objeto sexual: [...] O sexo por ser sagrado, exige uma grande responsabilidade no seu uso, no que diz respeito à concepção: hoje em dia a mulher fala muito em ter controle sobre seu próprio corpo, e esta teoria está errada por que nosso corpo pertence

³⁰ “As mulheres sofrem da violência machista, Jornal da Manhã”, *Centro de Memória e Documentação* (CEDOC/UNESC), Criciúma. 1986.

³¹ Beauvoir, Simone de, “Os dados...”, op. cit., p. 87.

³² Femenías, María Luisa, *Sobre sujeto y género: lecturas feministas de Beauvoir a Butler*, Catálogos, 2000, p. 19.

³³ *Ibid.*, pp. 13-95.

somente ao nosso Criador Supremo [...] A mulher de hoje deveria pensar duas vezes antes de fazer uma reivindicação desse tipo, porque se ela hoje existe é porque não foi abortada e sim fruto de uma união responsável de seus pais. A leitora poderia me dizer que a causa de existir uma grande parte dos marginalizados, principalmente menores, sem pais, é da não legalização do aborto [...] Quando um casal percebe que não tem condições de dar amor e educação para um filho, basta recorrer aos vários métodos de controle da natalidade. A mulher deveria valorizar-se um pouco mais, ocupando o seu lugar de esposa e mãe, e não se deixar usar como objeto sexual dos homens”³⁴.

A influência das pastorais católicas e da própria Teologia da Libertação na constituição da nova esquerda, na década de 80, é bastante importante e influenciou em grande medida suas pautas políticas, e esta aproximação pode ser percebida no caráter moral da publicação selecionada.

As instituições sociais, incluindo aqui a mídia, auxiliam amplamente na perpetuação de símbolos culturalmente aceitos sobre o que significa ser homem ou mulher³⁵. Esses símbolos projetam e estabilizam identidades sociais³⁶. Esses discursos produzidos pela instituição midiática corroboram com o processo constitutivo do sujeito e, de forma significativa, as desigualdades de gênero.

No trecho acima destacado, a ideia da mulher, esposa e mãe é aquela que cumpre seu lugar social no processo reprodutivo. Podemos perceber na matéria um esforço que legitima a função das mulheres em seu papel reprodutivo de mães e também de esposas de alguém, estando a mulher novamente na condição do ‘outro’³⁷. Além disso, mesmo em um jornal alinhado a pautas das esquerdas, o casamento heterossexual é demonstrado como o único lugar legítimo de se ter um filho, estabelecendo uma fronteira de normalidade, “representada pelo par heterossexual, no qual a identidade masculina e a identidade feminina se ajustam as representações hegemô-

nicas de cada gênero”³⁸. Outro ponto que podemos observar é a repressão da sexualidade da mulher em favor da procriação e dentro do casamento.

Nesse sentido, há também na publicação uma problemática comum dentro da esquerda, que é a pauta do aborto e do controle dos corpos das mulheres. Conforme Alisa Del Re, a pauta do aborto, mesmo dentro dos partidos de esquerda, foi interpretada como um drama ou uma tragédia, “e era a maternidade que ocupava o centro das preocupações”³⁹. Assim, mesmo dentro de movimentos e partidos políticos com pautas supostamente revolucionárias, os posicionamentos sobre o aborto eram tradicionais, limitando a liberdade das mulheres decidirem sobre seus corpos e a escolha ou não da maternidade⁴⁰.

Historicamente, a situação das mulheres nos primórdios do cristianismo esteve atrelada a uma posição subalterna, onde o homem estava representado como a imagem e semelhança de Deus. O meio cultural e religioso legitimou lugares aceitáveis para as mulheres, justificando as desigualdades e os privilégios que estavam revestidos dos discursos do evangelho. Assim, podemos afirmar que mesmo em um jornal de produção supostamente contrária à opressão de classe, o discurso utilizado possui potentes ancoragens no gênero, reduzindo as mulheres à questão biológica, do casamento, da heterossexualidade compulsória, com a finalidade de salvaguardar a reprodução e o lugar central da mulher mãe.

Diante da análise do documento, podemos afirmar que o binarismo de gênero, a maternidade e o casamento compulsório aparecem no campo da normatividade, buscando regular os corpos das mulheres em favor de um processo reprodutivo dito legítimo e em favor da família baseada na norma burguesa. Além disso, esses efeitos simbólicos que delineiam os comportamentos revelam uma assimetria que idealiza comportamentos para as mulheres⁴¹.

³⁴ “Jornal Movimento”, *Centro de Memória e Documentação* (CEDOC/UNESCO), Criciúma, 1980.

³⁵ Scott, Joan, “Gênero...”, op. cit., pp. 71-99.

³⁶ Sgarbieri, Astrid Nilsson, “Representações do gênero feminino na mídia impressa”, *Estudos Linguísticos*, XXXV (2006), pp. 371-386.

³⁷ Beauvoir, Simone de, “Os dados...”, op. cit., pp. 31-65.

³⁸ Louro, Guacira Lopes, *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*, Petropolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2014, p. 84.

³⁹ Del Re, Alisa, “Aborto e Contracepção”, em *Dicionário Crítico do Feminismo*, São Paulo, Editora UNESP, 2009, p. 24.

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ Porto, Dora, “O significado da maternidade na construção do feminino: uma crítica bioética à desigualdade de gênero”, *Revista Redbioética/UNESCO*, 1/3

Corroborando com esse simbolismo sexista, a imagem abaixo é uma charge selecionada e utilizada pelo Centro em seus cursos de fiscais de eleições sindicais e fazia parte do livreto intitulado *De Olho na Urna*. Esse curso tinha como objetivo treinar os fiscais eleitorais que trabalhariam nas eleições sindicais para que ficassem atentos sobre possíveis fraudes. O livreto utilizado foi produzido por outro centro semelhante ao CEDIP. Importante considerar que o CEDIP não era uma exceção enquanto centro de articulação social, uma vez que os mesmos eram comuns no período da redemocratização no Brasil e em grande medida, estavam em constante diálogo, possibilitando uma grande circulação e trocas de materiais de caráter popular⁴². A charge aponta que os fiscais deveriam ter total atenção nas urnas, e independente do que acontecesse ao seu redor deveriam permanecer focados e em estado de vigilância.

Imagem 5. De Olho na Urna



Fonte: Silva, Rafael Pereira da, *A autonomia aparente...* op. cit., p. 63.

Na charge podemos identificar diversos homens em diferentes situações que poderiam desviar o foco do fiscal, como uma confusão envolvendo policiais militares, uma confusão generalizada entre os trabalhadores, uma situação atípica como um disco voador e, ainda, uma mulher nua. Na imagem, as mulheres são representadas uma única vez, no entanto, tal representação é acompanhada da nudez e da sexualização do

(2011), pp. 55-66.

⁴² Silva, Rafael Pereira da, *A autonomia aparente: Formação, trajetória e relações políticas de um Centro de educação popular em Criciúma (CEDIP) 1983-1998* (Dissertação), Florianópolis, UFSC, 2006, pp. 144.

feminino. A charge apontava que, qualquer que fosse a situação durante as eleições sindicais, nada disso poderia tirar a atenção do fiscal da urna.

Os homens, na charge, estão representados em situações de disputas corporais, como trabalhadores e como policiais, no entanto a mulher está representada apenas em sua nudez, um corpo sexualizado, capaz de seduzir os homens e distraí-los de sua função, quase uma Eva que tentou Adão no paraíso. Na imagem, a mulher não aparece como trabalhadora, mas é representada apenas como um corpo despido, com capacidade em potencial de desvirtuar os homens de sua missão civilizatória:

“Com essa compreensão, desvelamos o lugar da mulher em sociedade como sendo pautado, ainda, por seu corpo, enquanto que o homem é baseado por seu trabalho. Tal espaço caracteriza-se como o lugar em que a mulher se resume à sua individualidade e sexualidade; já o homem, por sua criatividade e construção da sociedade”⁴³.

Por meio da análise de Perrot, podemos perceber que historicamente, no ocidente contemporâneo, as mulheres foram representadas como aquelas que não operam na razão lúcida, mas são aquelas consideradas perigosas, que agem nas “sombras”, na “cama”, que levam os homens a tomarem decisões erradas a partir de sua capacidade manipuladora. Essa representação faz uma analogia a Eva do cristianismo, que representa um símbolo culturalmente disponível sobre o que é ser mulher, em oposição a Maria, a mãe⁴⁴. Conforme Perrot:

“Essas representações são numerosas e antigas, mas muitas vezes recorrentes. Elas modulam a aula inaugural do Gênesis, que apresenta a potência sedutora da Eva. A mulher, origem do mal e da infelicidade, potência noturna, força das sombras, rainha da noite, oposta ao homem diurno, da ordem e da razão lúcida [...] as mulheres puxam os fios dos bastidores enquan-

⁴³ Campagnaro, Sara, *Mulheres e a madrepátria que há em nós: a educação para o amor romântico* (Dissertação), Porto Alegre, PUCRS, 2019, p. 30.

⁴⁴ Scott, Joan, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, *Educação e realidade*, 20/2 (1995), pp. 71-99.

to os pobres homens, como marionetes mexem-se na cena pública”⁴⁵.

As mulheres nessas representações são consideradas uma ameaça para a ordem pública dos homens. Nesse sentido, Marcela Lagarde y de los Ríos analisa o que ela denomina de cativéis das mulheres latino-americanas. A autora constrói a ideia de cativél como uma categoria epistemológica para explicar a situação das mulheres no interior de uma sociedade patriarcal e sexista. Para Lagarde, as mulheres estão socialmente presas em possibilidades limitadas, chamadas de cativéis, não conseguindo se desvencilhar de uma de suas representações que são, nas palavras da autora, as de mães e esposas, religiosas, putas, presas ou loucas. Conforme a autora:

“Essa dificuldade de as mulheres se tornarem sujeitos constitui um desamparo aprendido. Eu chamei de expressão político-cultural da condição da mulher cativa. As mulheres são cativas de seu status de mulheres. As mulheres são cativas de sua condição genérica no mundo patriarcal”⁴⁶.

Para Lagarde, o corpo da mulher é onde culturalmente se materializa esses cativéis, que são “a expressão político cultural da condição histórica de gênero da mulher, e se caracterizam pela opressão e privação da liberdade da mulher nos espaços sociais”⁴⁷. Nesse sentido, as mulheres estariam aprisionadas em vidas estereotipadas, marcadas pelo sexismo e sem chances de fuga⁴⁸. A partir dessa análise, podemos afirmar que a charge escolhida pelo CEDIP, para fins pedagógicos, reproduzia a mulher no interior destes cativéis, pois ela não está representada como uma trabalhadora, mas como um corpo sexualizado que está ali para servir e distrair os homens de seu processo emancipatório.

O Centro também se autodefinia como um lugar que visava assessorar “na luta dos movimentos e entidades populares, pastorais e sindicais”, promovendo cursos, debates e seminários, além

⁴⁵ Perrot, Michelle, *Os Excluídos...*, op. cit., pp. 177-178.

⁴⁶ Lagarde y de los ríos, Marcela, *Los cautiverios de...* op. cit., p. 36.

⁴⁷ Rodrigues, Laís Modelli, *Blogs coletivos feministas: um estudo sobre o feminismo brasileiro na era das redes sociais na internet* (Dissertação), Bauru, UNESP, 2016, p. 30.

⁴⁸ Lagarde y de los ríos, Marcela, *Los cautiverios de...* op. cit.

de “incentivar a participação, organização e solidariedade dos trabalhadores”⁴⁹. Nesse sentido, o CEDIP assessorou donas de casa e esposas de mineiros durante as greves e também em outros protestos, como no boicote da carne, organizado em relação aos altos preços deste gênero alimentício praticados em Criciúma no ano de 1985. Sobre estas ações, encontramos um documento convocatório destinado às mulheres que chamava para a discussão de temáticas relacionadas à suposta condição feminina:

“Nos últimos anos muitos grupos de mulheres vêm se organizando em Clubes de Mães, em Grupos de Mulheres, na luta por creche, etc... As mulheres enfrentam problemas específicos, isto é, problemas que as atingem pelo fato de serem mulheres, mulheres da classe trabalhadora. Estes problemas atingem a mulher enquanto dona de casa, enquanto mãe, enquanto mulher. Por isso estamos convidando você para começar a discutir esses problemas [...]”⁵⁰.

O panfleto informativo ainda trazia as pautas que seriam discutidas nos encontros, sendo elas: histórico do Dia da Mulher, condição da mulher popular na família, trabalho, saúde e sexualidade. O recado termina dizendo que é muito importante que as esposas dos mineiros participassem das reuniões. No texto destacado se percebe a essencialização do feminino a partir dos cativéis apontados por Lagarde, em que as mulheres aparecem exclusivamente como esposas e mães, presas a essa essência, sendo consideradas as responsáveis pelos cuidados da família e, no caso do panfleto, também pela reivindicação de creches.

Os homens, nesse discurso, estão isentos dos cuidados e liberados das preocupações com a creche dos filhos. Conforme Lagarde, esse cativél de *madresposa* é construído em torno de definições essencialistas e positivadas, ressaltando “[...] sua sexualidade procriadora e sua relação de dependência vital com os outros através da maternidade, filiação e conjugalidade”. Nesse sentido, cativél com os cuidados com as crianças é “sintetizado como uma função natu-

⁴⁹ “Flyer – “O que é o CEDIP?””, *Centro de Memória e Documentação* (CEDOC/UNESC), Criciúma, 1990.

⁵⁰ “Boicote da Carne”, *Centro de Memória e Documentação* (CEDOC/UNESC), Criciúma. 1986.

ral, derivada de processos fisiológicos e hormonais [...]”⁵¹.

Outro panfleto, também direcionado às mulheres donas de casa, traz o movimento organizado do “boicote da carne”, junto com várias receitas para que as mulheres substituíssem a carne na alimentação da família:

“MULHERES: Todas juntas no boicote a carne: do dia 08 ao dia 18 nada de carne.

Juntas somos fortes

- Carne para todos
- Pela diminuição do preço da carne
- Pelo fim da fiscalização federal que onera o preço da carne ao consumidor
- Pela implantação do DECOM em nossa cidade
- Por melhores condições de vida para todo o povo
- Por um salário justo e digno
- Dona de casa: venha lutar por seus direitos e assumir suas obrigações”⁵².

É possível identificar aqui como as classes trabalhadoras e populares também são “capturadas” por discursos normativos de gênero, naturalizando a condição das mulheres como mães, esposas e responsáveis pelas famílias, inclusive por sua alimentação. No trecho destacado se percebe a mulher como a maior, se não única, responsável pela alimentação da família, naturalizando o trabalho de cuidados. Conforme Lagarde, há uma naturalização do trabalho das mulheres com satisfação das necessidades humanas, reiterando a necessidade constante de executar o “trabalho doméstico, afazeres domésticos, puericultura, cuidado do marido, procriação”⁵³, ou seja, todo aquele trabalho que reproduz a vida no espaço privado.

Conforme Sara Campagnaro, há uma constante naturalização da existência de uma mãe e uma esposa no interior de cada mulher, normatizando seu lugar na esfera de cuidados onde “apren-

dem a servir voluntariamente pelo investimento de sua energia vital em prol de outras pessoas, mesmo sem receber reconhecimento por esse trabalho”⁵⁴. Nesse sentido, Perrot em sua análise sobre as mulheres donas de casa demonstrou como elas acumulam o poder de fiscalizar e vigiar os preços da alimentação da família, garantindo a reprodução de futuros trabalhadores saudáveis, bem alimentados e aptos ao trabalho. Assim:

“[...] Elas vigiam os preços, atentas à menor variação, aceitando apenas as altas sazonais, ligadas à fatalidade da natureza. Em caso de preços excessivos, elas se revoltam. Os motins por alimentos, grande forma de motim popular ainda no século XIX, são quase sempre desencadeados e animados pelas mulheres [...]”⁵⁵.

A partir das discussões da autora, podemos identificar que esse papel também era desempenhado pelas mulheres do movimento do “boicote da carne” em Criciúma, enquadrando as mulheres em sua função de cuidados com a família, com os filhos e com o marido, em outras palavras, com o futuro da nação. Enquanto os homens permaneciam na função do trabalho produtivo, valorizado e remunerado socialmente, as mulheres estariam condicionadas à servidão doméstica e ao trabalho relacionado à reprodução da família, um “trabalho não contabilizado, não remunerado da dona de casa”⁵⁶.

Assim, as mulheres até poderiam estar no espaço público e lutando nas reivindicações populares, desde que isso fosse apenas uma extensão de suas atividades no privado, não rompendo com sua condição de mulher/mãe e esposa de alguém. Em suma, “apesar das conquistas [das classes populares] no campo do trabalho, ainda se espera das mulheres o papel de esposa e mãe, ou seja, o papel de cuidadora e reprodutora”⁵⁷. Similarmente, para Lagarde, em nossa sociedade patriarcal e sexista, as mulheres precisam existir dentro de normas limitadas, fazendo parte de suas experiências cotidianas a opressão masculina e a aceitação de sua condição de mãe e esposa.

⁵⁴ Campagnaro, Sara, *Mulheres e a madrepátria...* op. cit., p. 8.

⁵⁵ Perrot, Michelle, *Os Excluídos...*, op. cit., pp. 204-205.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 230.

⁵⁷ Campagnaro, Sara. *Mulheres e a madrepátria...* op. cit., p. 33.

⁵¹ Lagarde y de los rios, Marcela, *Los cautiverios de...* op. cit., p. 38.

⁵² “Boicote da Carne”, op. cit., (CEDOC/UNESCO).

⁵³ Lagarde y de los rios, Marcela, *Los cautiverios...*, op. cit., pp. 120-121.

Outro elemento que pautou a atuação do CEDIP com relação às mulheres foi sua articulação com o espaço da saúde. O CEDIP pretendia articular movimentos populares, pastorais e outros setores que tivessem interesse nas lutas dos trabalhadores, incluindo membros da comissão de saúde dos bairros⁵⁸. Um dos documentos encontrados no acervo do CEDIP se refere a essa assessoria à comissão de saúde do Rio Maina. O material traz a importância dos movimentos populares dentro da comunidade, das problemáticas de saúde e, por fim, apresenta para as mulheres o “Grupo de Gestante”:

“Você é nossa convidada para participar do grupo de gestante, na unidade regional de saúde do Rio Maina. O objetivo deste grupo é discutirmos sobre os problemas que ocorrem na gravidez, como ocorre a concepção, a amamentação, o parto e outros [...] Compareça”⁵⁹.

As pautas discutidas nas reuniões quinzenais com as mulheres gestantes seriam “Corpo humano, homem e mulher”, “concepção”, “desenvolvimento da criança”, “desconfortos na gravidez”, “amamentação”, “alimentação da grávida”, “anticoncepção”, “parto e puerpério”, “alimentação da criança até o 6º mês” e “exercícios preparatórios para o parto”. Enquanto os homens aparecem representados na capa do folheto informativo sobre o “movimento comunitário”, se preocupando com os problemas da comunidade, as mulheres aparecem relacionadas a sua condição naturalizada de mãe, responsáveis pelas crianças. Assim, no documento, para além da gestação, elas ainda seriam convocadas a aprender sobre alimentação da criança, seu desenvolvimento e como prevenir futuras gestações, recaindo sobre elas os problemas dos cuidados, da concepção e da contracepção.

Esse trabalho de cuidados com crianças é de modo compulsório atrelado às mulheres, sendo ele entendido como diretamente relacionado à capacidade reprodutiva das mulheres. Nessa análise, todo o trabalho de cuidar das crianças fica atrelado às mulheres no espaço privado que

está em oposição ao trabalho dos homens, produtivo e no espaço público⁶⁰.

Nesse sentido, ações que visam prestar uma assistência às mulheres se constroem baseadas no entendimento primeiro da mulher como mãe, que, além de tutelar, entende que os cuidados com os filhos devem estar circunscritos à esfera privada. O ato de cuidar de alguém é muito demarcado às mulheres, que assumem as responsabilidades das necessidades básicas de outra pessoa, dando sentido às relações hierárquicas de gênero e alinhando funções dentro das famílias⁶¹.

A ideologia maternalista constrói uma naturalização da vocação materna, pontuando que as necessidades da criança estão no centro da vida da mulher, reforçando a suposta essência feminina para os cuidados. Esse ideal da maternidade também não questiona o porquê de apenas as mulheres serem convocadas a aprender tudo o que está relacionado aos cuidados com as crianças e com a prevenção da gestação, recaindo sobre elas também a responsabilidade da contracepção⁶².

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos compreender, através do acervo do CEDIP, os discursos produzidos sobre as mulheres, que foram adotados e utilizados por grupos e instituições, como o Centro e pela nova esquerda no geral. O Centro era uma instituição não governamental que funcionou de 1983 a 1998 em Criciúma, alinhada às causas populares que, como tantas outras, ganhou fôlego pós-ditadura, junto aos movimentos sociais. Percebemos que o CEDIP objetivava, em síntese, ser um núcleo para todas as causas populares e dos movimentos sociais. Em suas palavras, “representar a causa dos oprimidos contra os opressores”. Para isso, assessorou as classes populares, incluindo os movimentos sociais, os sindicatos, grupos de jovens, partidos políticos e demais associações consideradas em oposição às desigualdades, principalmente de classe. Em muitos documentos do acervo analisados, produzidos por grupos e instituições sociais e utilizados pelo

⁵⁸ Silva, Rafael Pereira da. *A autonomia aparente...*, op. cit., pp. 144.

⁵⁹ “Voz do povo do Rio Maina – comissão de Saúde”, *Centro de Memória e Documentação* (CEDOC/UNESC), Criciúma, f. [1]. 1985.

⁶⁰ Tronto, Joan, “Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso”, em Jaggar, Alison; Bordo, Susan, *Gênero, corpo, conhecimento*, Rio de Janeiro, Record; Rosa dos Tempos, 1997. pp. 186-203.

⁶¹ Ibid.

⁶² Badinter, Elisabeth, *Um amor...*, op. cit., p. 293.

CEDIP, é possível perceber discursos em que as mulheres eram representadas na condição primordial de mãe, esposa e dona de casa. Nessa representação, as mulheres estavam entendidas como exclusivamente reprodutoras, enquanto os homens estavam representados como operários e provedores da família. Mães, abnegadas e reservadas ao lar é o estereótipo que em grande medida identificava as mulheres nesses documentos. As ações circunscritas às mulheres, assessoradas pelo CEDIP, eram, em suma, em defesa da maternidade e da infância.

Entre os discursos sobre a maternidade identificados, ressaltamos aqueles relacionados exclusivamente a uma tentativa de educar as mulheres para serem mães, boas mães e esposas. A estratégia discursiva encontrada nos documentos operava em naturalizar a função materna. Essa naturalização entendia que todas as mulheres deveriam ser mães, deveriam amar, amamentar e cuidar, permanecendo no espaço privado, enquanto aos homens caberiam as funções do trabalho no espaço público. Importante pontuar que essa compreensão discursiva operava na desigualdade, na medida em que diferenciava de forma hierárquica homens e mulheres a partir de uma suposta biologia. Portanto, as desigualdades de gênero foram ainda mais reforçadas, delegando a elas de forma naturalizada e com um discurso positivado funções desvalorizadas socialmente, circunscritas ao privado e possibilidades restritas de existência, como a de mãe e esposa.

Em suma, questionar e transformar as desigualdades de gênero encontra muitas barreiras pelo caminho. Essas barreiras existem em diferentes grupos e se estendem ao longo do tempo. Essas concepções estavam e estão presentes na sociedade. Podemos compreender que existem várias resistências às mudanças e elas são encontradas entre as pessoas que estão em uma situação social privilegiada, de classe, por exemplo, e que não almejam mudanças sociais. Porém, essas resistências também são encontradas naquelas pessoas que estão em condições menos privilegiadas e que almejam mudanças, todavia, não de gênero. Encontramos essas resistências nos discursos produzidos pelos homens, membros do CEDIP que queriam um mundo com mais igualdade de classe, mas que não reconheceram seus privilégios de gênero e por isso não almejavam que as mulheres tivessem os mesmos direitos. Assim, apesar das tentativas do Centro de contemplar discussões sobre as condições das

mulheres, as pautas de lutas das mulheres eram secundárias, circunscritas a sua função de mãe na sociedade.

Ao longo do texto, tentamos problematizar as práticas e discursos produzidos por grupos e instituições, incluindo o CEDIP, ligados às classes populares, dessacralizando e atribuindo historicidade a esses discursos, práticas e vivências. Todavia, a problematização não buscou se esgotar no CEDIP e sim ser estendida aos demais grupos de articulação social, movimentos sociais e a projetos alinhados à esquerda que têm como objetivo lutar por uma sociedade mais equânime e igualitária.

Por fim, percebemos discursos conflitantes entre essa nova esquerda que buscava mais direitos e mais igualdade no campo do trabalho e de classe e que, no entanto, reproduzia as normatividades de gênero e as desigualdades. Destacamos também a dificuldade de analisar grupos que faziam oposição a governos ditatoriais, à desigualdade e que, sim, lutavam por um mundo melhor e mais democrático. Fazer a crítica a quem também faz a crítica, a quem também busca transformações sociais é difícil, por vezes é potencialmente incômodo. No entanto, para quem luta por uma sociedade verdadeiramente igualitária entre os gêneros, ela é necessária.

FONTES

- “As mulheres sofrem da violência machista, *Jornal da Manhã*”, *Centro de Memória e Documentação* (CEDOC/UNESC), Criciúma. 1986.
- “Boicote da Carne”, *Centro de Memória e Documentação* (CEDOC/UNESC), Criciúma. 1986.
- “Dia da mulher - dia de luta – CUT”, *Centro de Memória e Documentação* (CEDOC/UNESC), Criciúma,
- f. [7]. 1985.
- “Flyer – “O que é o CEDIP?””, *Centro de Memória e Documentação* (CEDOC/UNESC), Criciúma, 1990.
- “Informativo do CEDIP: ‘de boca em boca’”, *Centro de Memória e Documentação* (CEDOC/UNESC), Criciúma, 1985, p. [3].
- “Jornal Movimento”, *Centro de Memória e Documentação* (CEDOC/UNESC), Criciúma, 1980.
- “Voz do povo do Rio Maina – comissão de Saúde”, *Centro de Memória e Documentação* (CEDOC/UNESC), Criciúma, f. [1]. 1985.

REFERÊNCIAS

- Badinter, Elisabeth, *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, São Paulo: Círculo do Livro, 1980, p. 293.
- *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record, 2011
- Barrero Junior, Roger Camacho, *Companheiras e Companheiros: As mulheres e a inserção de suas pautas no Partido dos Trabalhadores (1978 – 1988)* (Dissertação), Guarulhos, Unifesp, 2015, pp. 1-189.
- Beauvoir, Simone de, “Os dados da biologia”, em Beauvoir, Simone de, *O segundo sexo: fatos e mitos*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, p. 203.
- Campagnaro, Sara. *Mulheres e a madrepátria que há em nós: a educação para o amor romântico* (Dissertação), Porto Alegre, PUCRS, 2019, pp. 146.
- Del Re, Alisa, “Aborto e Contracepção”, In *Dicionário Crítico do Feminismo*, São Paulo: Editora UNESP, 2009, pp. 21-25.
- Dreifuss, René Armand. *1964 – a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.
- Femenias, María Luisa, *Sobre sujeto y género: lecturas feministas de Beauvoir a Butler*, Catálogos, 2000, p. 19.
- Firestone, Shulamith, *A dialética do sexo: um estudo da revolução feminista*, Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976, p. 14.
- Foucault, Michel, *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*, São Paulo: Edições Loyola, 2014, pp. 80.
- Gohn, Maria da Glória, “Movimentos Sociais na Contemporaneidade”, *Revista Brasileira de Educação*, 16/47 (2011), pp 333-361.
- Hirata, Helena; Zarifian, Philippe, “Trabalho (o conceito de)”, *Dicionário crítico do feminismo*, São Paulo: Editora UNESP, 2009, pp. 251-256.
- Hobsbawm, Eric, “Da história social à história da sociedade”, En Hobsbawm, Eric, *Sobre história*, São Paulo, Cia Das Letras, 1998. pp. 82-105.

- Ianni, Octavio, “A Questão Social”, *Revista USP*, 3 (1989), pp. 145-154.
- Lagarde y de los rios, Marcela, *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas* (Tese), México: UNAM, 2005,
- Le Goff, Jacques, *História e Memória*, Campinas: Unicamp, 1992.
- Louro, Guacira Lopes, *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*, Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2014, pp. 184.
- Perrot, Michelle, *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 362.
- Pinsky, Carla Bassanezi, “Estudos de Gênero e História Social”, *Revista Estudos Feministas*, (2009).
- Pinsky, Carla Bassanezi; Pedro, Joana Maria, “Mulheres: igualdade e especificidade”, em Pinsky, Jaime; Pinsky, Carla Bassanezi, *História da cidadania*, São Paulo, Contexto, 2003.
- Porto, Dora, “O significado da maternidade na construção do feminino: uma crítica bioética à desigualdade de gênero”, *Revista Redbioética/UNESCO*, 1/3 (2011), pp. 55-66.
- Rodrigues, Laís Modelli, *Blogs coletivos feministas: um estudo sobre o feminismo brasileiro na era das redes sociais na internet* (Dissertação), Bauru, UNESP, 2016,.
- Rogerat, Chantal; Hocquard, Marie H.Z, “Sindicatos”, *Dicionário Crítico do Feminismo*, São Paulo: Editora UNESP, 2009, pp. 236-241.
- Scott, Joan, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, *Educação e realidade*, 20/2 (1995), pp. 71-99.
- Sgarbieri, Astrid Nilsson, “Representações do gênero feminino na mídia impressa”, *Estudos Linguísticos XXXV*, (2006), pp. 371-386.
- Silva, Rafael Pereira da. *A autonomia aparente: Formação, trajetória e relações políticas de um Centro de educação popular em Criciúma (CEDIP) 1983-1998* (Dissertação), Florianópolis, UFSC, 2006, pp. 144.
- Tronto, Joan, “Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso”, em Jaggar, Alison; Bordo, Susan, *Gênero, corpo, conhecimento*, Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997. pp. 186-203.